

Outra vez África

E se as coisas não corriam de feição na frente interna, no plano militar a Guiné dava de dia para dia mais dores de cabeça.

A partir de meados de 1972, dar-se-á início a um diálogo de surdos entre Marcello Caetano e o governador do território, António de Spínola.

Perante o bloqueio em Lisboa, onde Marcello se recusa a andar depressa, o general começa a fazer outros contactos, embora com autorização do chefe do Governo. Em 18 de Maio daquele ano de 1972 desloca-se de Bissau a Cap Skirring, no Senegal, para uma reunião com o Presidente Léopold Senghor, um amigo de Portugal e influente político africano.

Este, preocupado com o prolongamento da guerra na Guiné, sugere um frente a frente entre o governador e o líder do PAIGC, Amílcar Cabral, oferecendo os seus préstimos para o promover e servir de mediador. O objectivo é obter um cessar-fogo.

Na conversa com Spínola, Senghor adianta uma proposta: a entrada de elementos do PAIGC no governo da Guiné, e o início de um processo com vista à independência a longo prazo. O governador português confirma: a proposta de Senghor consistia na «entrada imediata [da Guiné] numa fase da autonomia interna de duração não inferior a dez anos, seguida de uma consulta popular, que possivelmente conduziria à independência no quadro de uma comunidade luso-africana ou luso-afro-brasileira».

Para o presidente senegalês, esta solução seria bem acolhida pelo PAIGC, pois «em conversas com Amílcar Cabral e com outros chefes de movimentos emancipalistas, lhes havia feito sentir a indispensabilidade daquele período de autonomia, ideia a que Amílcar Cabral fora fortemente receptivo».⁸⁵

Spínola reage positivamente à proposta. A ideia de um frente a frente com Amílcar Cabral agrada-lhe. A possibilidade de uma conversa cara a cara com o homem contra quem

luta, com o chefe da guerrilha que os soldados portugueses combatem, estimula-o. Mas naturalmente não pode assumir a responsabilidade de decidir sozinho.

Assim, oito dias depois do encontro com Senghor, o general desloca-se a Lisboa. Vem entusiasmado com a perspectiva de uma solução negociada. No dia 26 de Maio tem encontro marcado com Marcello Caetano para lhe contar o que se passou na reunião no Senegal e pedir-lhe carta-branca para as negociações com o líder do PAIGC. Marcello recebe-o na companhia do ministro do Ultramar, Joaquim da Silva Cunha, o que terá irritado Spínola, que preferiria discutir o assunto a sós com o presidente do Conselho.

O general expõe a ideia — a possibilidade de um cessar-fogo imediato em troca da entrada de homens do PAIGC no Governo do território e um período de transição de dez anos — mas, para seu desgosto, Marcello Caetano rejeita-a liminarmente. Mostra-se absolutamente impermeável à hipótese. Se um acordo desses se realizasse, o império entraria em descalabro. Para Marcello, esse passo significaria o reconhecimento implícito do PAIGC, com o qual Portugal está em guerra, e abriria um precedente que se estenderia às outras colónias.

Spínola passa do desapontamento à cólera. Regressa inconformado ao seu posto, em Bissau, mas antes de partir deixa-lhe uma longa carta de onze páginas, datada de 28 de Maio, que intitula «*Parecer*», em que resume o resultado das conversas com Senghor e insiste na proposta. Afinal é ele que está no terreno e conhece a situação. Sabendo que a vitória militar é inalcançável, resta a Portugal a via da negociação, não valendo a pena ficar agarrado a «questões de forma». Mas Marcello Caetano volta a rejeitar, numa carta lacónica. O general ainda insiste, mas debalde. «Marcello Caetano manteve-se irreduzível, acabando por rejeitar liminarmente o prosseguimento das conversações» — registará Spínola.⁸⁶ No intervalo, o próprio Senghor parece desinteressar-se do assunto: tinha uma segunda reunião marcada com Spínola para o dia 27 de Julho, em Bissau, mas não comparece.

* * *

Spínola sente-se só. Tem a tarefa mais difícil de todas: continuar a combater sem acreditar na finalidade da luta. Por isso não desiste da negociação política. Com a porta fechada em Lisboa, decide contactar directamente Amílcar Cabral — que se disponibiliza para um encontro com ele em Bissau em Outubro de 72, desde que Marcello Caetano esteja presente.

A ideia é óbvia. Se isto acontecesse, o líder do PAIGC colocava-se ao nível de «chefe de Governo» — além de que, com a presença do primeiro-ministro português, as negociações poderiam ter outro alcance. Informado por Spínola desta proposta, Marcello Caetano volta naturalmente a recusar: nunca se sentará à mesma mesa com o líder do PAIGC e proíbe Spínola de o fazer. A insistência do general incomoda-o.

Ainda não é desta, porém, que Spínola desistirá. Não se rende. Mete-se no avião a caminho de Lisboa, vai ao Buçaco, onde Marcello está de férias, e tenta convencê-lo pessoalmente. Debalde. Marcello Caetano mantém-se firme. E subitamente faz uma afirmação que apanha o general de surpresa e o choca profundamente.

— Para a defesa global do Ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo caminho a outras negociações.

O general não quer acreditar no que acaba de ouvir. Exclama, escandalizado:

— Pois V. Ex.^a preferia uma derrota militar na Guiné?

Retorque Caetano:

— Os exércitos fizeram-se para lutar e devem lutar para vencer, mas não é forçoso que vençam. Se o Exército português for derrotado na Guiné depois de ter combatido dentro das suas possibilidades, essa derrota deixar-nos-ia intactas as possibilidades jurídico-políticas de continuar a defender o resto do Ultramar. E o dever do Governo é defender todo o Ultramar. É isto que eu quero dizer.⁸⁷

Marcello Caetano, no fundo, dizia a Spínola o mesmo que Salazar dissera ao governador de Goa quando exigira que resistisse até ao último homem. E, curiosamente, referindo-se a outra colónia, Angola, Salazar dissera a uma deputação de representantes do território que o visitara em 1966: «*O homem que fica, vivo ou morto, ocupa de facto o território; o que abala, deserta e abandona-o.*»⁸⁸

É preferível uma derrota com honra a uma rendição ou uma negociação — é o que pensam os dois homens. Neste aspecto, Caetano involuía. Entre a espada e a parede, refugiara-se na parede. Conforme se vê pela conversa com Spínola, ele neste momento não encara outra solução que não seja prosseguir a guerra, como Salazar defendia. A diferença, em relação a Salazar, é que Marcello não acredita que a guerra possa levar a algum lado — como aliás já sabemos. Mantém-na por inércia. Porque não pode fazer outra coisa. Mas não se cansa de ir dizendo aos governadores dos territórios «*que a guerra subversiva não se vence só com armas mas sobretudo com política.*»⁸⁹

Veremos adiante como tentará o presidente do Conselho libertar-se do colete-de-forças em que está metido.

* * *

No aeroporto de Lisboa, de regresso a Bissau, depois do encontro com Marcello Caetano no Buçaco, Spínola faz declarações ambíguas, onde sugere que a guerra não é solução e que a crise tem de resolver-se «*num contexto dilatado de portugalidade renovada.*»⁹⁰

Caetano reage àquelas declarações — e Spínola, na resposta, pede-lhe para sair. Em carta com data 24 de Outubro de 1972, o general diz ao presidente do Conselho que a reacção deste às suas palavras «*vem reforçar o ponto de vista que sempre tenho defendido junto de Vossa Excelência, relativamente aos inconvenientes da minha permanência à testa do governo da Guiné, face ao desfasamento do ritmo de desenvolvimento de uma linha de evolução política em que continuo a julgar-me totalmente identificado com Vossa Excelência.*»⁹¹

Na sua linguagem arrevesada, Spínola diz a Caetano: temos a mesma ideia quanto ao Ultramar, mas a velocidade a que nos movimentamos é muito diferente. Para mim, as coisas teriam de evoluir muito mais depressa. Nessa medida, o melhor é deixar o cargo.

* * *

No Buçaco, Spínola percebera que não valia a pena continuar a discutir o tema com Caetano. Era o diálogo entre um jurista e um general — e não conduziria a nada. Um fazia um raciocínio formal, como se todas as hipóteses estivessem em aberto e fossem possíveis, enquanto o general estava no terreno, sabia que a solução militar era impossível, sendo preciso procurar desesperadamente outras soluções. E além disso Caetano estava condicionado, não podia fazer tudo o que queria.

Spínola olha para Lisboa, vê os políticos confortavelmente instalados nos seus gabinetes alcatifados, enquanto nos pântanos da Guiné escorre sangue, morrem soldados, a situação é crítica. Se não pode contar com a ajuda do presidente do Conselho, Spínola tem de tentar outras vias. Revoltar-se está fora das suas perspectivas e dos seus princípios. Deve lealdade ao poder político. Resta-lhe dirigir-se ao país, promover o debate público, dizer abertamente o que pensa. Sobre o desencontro verificado naquele encontro no Buçaco, dirá depois: «Estava perdida a última oportunidade de se resolver com honra e dignidade o problema da Guiné.»⁹²

Esta era a visão de Spínola.

Mas também não deixava de ser a de Marcello Caetano — que percebera do mesmo modo que a relação entre os dois acabava ali. Comentando mais tarde aquela conversa, Marcello dirá: «O general Spínola não se conformou com a decisão do Governo [...] e regressou a Bissau profundamente chocado e sem esconder a sua mágoa». E adiantará: «Foi neste estado de espírito que o general Spínola começou a escrever o seu livro [*Portugal e o Futuro*].»⁹³

Tinha inteira razão. O *Portugal e o Futuro* começa a ser escrito depois de falhar o frente a frente entre Marcello Caetano e Amílcar Cabral, proposto por Spínola no Buçaco, e que, segundo este, constituía a última oportunidade de Portugal sair com honra do vespeiro da Guiné.

* * *

António de Spínola começa a agir por conta própria e a convidar jornalistas para assistir ao modo como governa o território, apesar da continuação da guerra. Estreita relações com sectores da oposição, visto que já não acredita no Regime para os objectivos que pretende.

Vítor Direito, chefe de redacção do *República*, jornal afecto aos socialistas de Mário Soares, visita a Guiné em Outubro de 72, a convite pessoal do governador, e escreve em reportagem que a Censura cortará:

«A segunda surpresa, confesso-o lealmente, tive-a logo que me avistei com o general António de Spínola no seu gabinete de governador.

A imagem que dele idealizava, e corresponde, certamente, à de muitos dos meus leitores, cai por terra ao primeiro contacto. Não se adivinha, num só dos seus gestos, numa única atitude, como depois nas palavras e no convívio, a menor característica do militar rígido, de corpo hirto e espírito inflexível. Pelo contrário: a farda veste-a tão à vontade como qualquer elegante usa o smoking; o sorriso franco sublinha constantemente a palavra fácil e ágil; o próprio monóculo, em vez de lhe endurecer a figura, dá ao rosto arredondado um toque subtil da mais pura linha romântica. É este 'homem novo' para mim quem me recebe afavelmente e com o qual mantenho conversa chã e despida de preconceitos ao longo de mais de quinze horas repartidas por quatro encontros verificados durante a minha curta estada na Guiné».

Continua o jornalista:

«A surpreendente revelação — a troca de um símbolo nazi pela imagem de um homem coerente — sinto-a confirmada